



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0004628-56.2018.8.26.0566 - 2018/001138**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 104/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Réu: **JONATHAN ROBERT GASPARINO DA SILVA**
 Data da Audiência: **18/09/2018**

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JONATHAN ROBERT GASPARINO DA SILVA**, realizada no dia 18 de setembro de 2018, sob a presidência do **DR. EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor **DR. DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas NELSON DE OLIVEIRA JÚNIOR e RODRIGO BORGES FRISENE. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

(Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JONATHAN ROBERT GASPARINO DA SILVA**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 33, caput, da Lei n.º 11.343/2006, porque, no dia 07 de maio de 2018, por volta das 18h, na Rua Conselheiro Soares Brandão, altura do numeral 205, nesta cidade e comarca, trazia consigo, para o consumo de terceiros, porções de drogas – cocaína e crack -, que determinam dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Apurou-se que, no dia dos fatos, o denunciado trazia consigo 06 porções de cocaína, embaladas individualmente em micro tubos, conhecidos como eppendorf's, pesando 01 grama e 28 porções de crack, substância derivada da Cocaína, acondicionadas individualmente em invólucros de plástico, pesando 3,9g. Apurou-se, ainda, que policiais militares resolveram abordar o denunciado, que caminhava pela via pública. Ao ver a aproximação dos policiais militares, **JONATHAN** dispensou, na caixa de força de uma residência, o invólucro de plástico contendo as porções de cocaína e crack, o qual, após sua detenção, foi apreendido. Em poder do acusado foram apreendidas a quantia de R\$ 45,00, em dinheiro e aparelho celular. Desta forma, a quantidade de porções de crack e cocaína apreendidas com o réu, bem como a forma como estavam embaladas as drogas, demonstram que os entorpecentes destinavam-se a entrega para consumo de terceiros. Notificado, o réu apresentou defesa prévia às fls. 115/119, requerendo a revogação da prisão preventiva. A denúncia foi recebida em 11 de julho de 2018, ocasião em que designou-se audiência de instrução e deliberou-se pela manutenção da custódia cautelar do acusado (fls.134/136). Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena no mínimo legal, reconhecimento do privilégio. A defesa requereu fixação da pena mínima, com o reconhecimento do privilégio, e regime inicial aberto com substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. **É o relatório. DECIDO.** A ação penal é procedente. A materialidade está demonstrada pelo Auto de Exibição e Apreensão de fls. 24/25, pelo laudo de exame químico toxicológico de fls. 37/42 e prova oral produzida. A autoria também é certa.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

Interrogado na presente audiência o réu admitiu a prática da infração penal que lhe atribuída mencionando que os tóxico apreendidos lhe pertenciam e se destinavam à comercialização. A confissão harmoniza-se com os elementos amealhados em contraditório. Ouvidos na presente solenidade, os policiais militares NELSON DE OLIVEIRA JÚNIOR e RODRIGO BORGES FRISENE prestaram declarações uniformes sobre o fato. Disseram que empreendiam patrulhamento de rotina pelo local do fato, conhecido ponto de venda de drogas nesta cidade, onde reside o denunciado, quando o surpreenderam lançando na caixa de energia elétrica as drogas apreendidas, tratando-se de crack e cocaína. As testemunhas acrescentaram que houve apreensão de dinheiro. As circunstâncias da abordagem, a quantidade e variedade de drogas, a apreensão de numerário e o local do fato conhecido ponto de venda de entorpecente indicam que na ocasião o acusado promovia o comércio clandestino. De rigor, em consequência, o acolhimento da pretensão condenatória expressa na denúncia. De outra parte, o acusado é tecnicamente primário e não há comprovação de que integre organização criminosa ou que faça da atividade ilícita seu meio de vida, devendo ser reconhecida em seu favor a causa de diminuição prevista no §4º, do artigo 33, da Lei nº. 11.343/06. O redutor deve ser o do patamar máximo, pois as circunstâncias judiciais são favoráveis ao agente. Passo a dosar a pena. Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão espontânea, mas sem redução aquém do mínimo (Súmula 231 do STJ). Por força da causa de diminuição já reconhecida, reduzo a reprimenda em dois terços, perfazendo-se o total de **01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa**. De acordo com jurisprudência consolidada, o tráfico privilegiado não é delito assemelhado aos hediondos. Por esse motivo, deixo de aplicar a previsão constante do parágrafo 1º, do artigo 2º, da lei 8.072/90. De acordo com jurisprudência consolidada, o tráfico privilegiado não é delito assemelhado aos hediondos. Por esse motivo, deixo de aplicar a previsão constante do parágrafo 1º, do artigo 2º, da lei 8.072/90. Considerando as circunstâncias em concreto do delito em particular a quantidade das drogas e especialmente tendo em vista a data da prisão cautelar, estabeleço o regime aberto para o cumprimento da pena privativa de liberdade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

aplicada. Por outro lado inviável a substituição por restritiva de direito tendo em vista a variedade das drogas comercializadas, incluindo o crack de consequência devastadora à saúde dos usuários e em atenção a constatação de que o delito praticado está vinculado ao incremento da prática de outros crimes, notadamente de natureza patrimonial nesta cidade. Ante o exposto, julgo procedente a ação penal e condeno o réu **JONATHAN ROBERT GASPARINO DA SILVA** como incurso no art. 33, §4º, da Lei 11.343/06, à **pena de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão em regime aberto e ao pagamento de 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, no valor mínimo.** Providencie-se o necessário, imediatamente, anotando-se que o réu poderá recorrer em liberdade em decorrência da solução conferida na ação penal. Declaro o perdimento de bens e valores apreendidos, pois decorrentes da prática da infração penal ou utilizados no cometimento do ilícito. Autorizo a incineração da droga. Por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária. Publicada em audiência saem os presente intimados. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: